

EDITORIAL

A 13ª edição da Revista **AVALIAÇÃO** é entregue ao leitor num momento particularmente delicado da vida nacional do Brasil e de outros países latino-americanos. Tudo leva a crer que a persistência desse quadro vai conferir à avaliação um papel ainda mais central nas políticas reformistas da educação. Com efeito, e o exemplo vem do Primeiro Mundo, a educação é quase sempre vista como a principal responsável pelas situações de crises econômicas, sociais e até mesmo políticas que um país atravessa. A falta de competitividade internacional de um país é quase sempre considerada pelos governos como resultado da ineficiência das escolas e dos professores e da inadequação dos currículos e programas aos novos perfis e cenários do mundo econômico. As reformas educacionais - que freqüentemente apresentam pouco de educacional e muito de objetivos econômicos - encontram nessas crises a sua justificativa principal e na avaliação o seu mais importante mecanismo organizador e controlador.

Vem ocorrendo nos últimos anos uma importante mudança nas relações entre Estados e Universidades. É verdade que, historicamente, a tensão quase sempre esteve presente nessas relações. Entretanto, as relações são progressivamente mais tensas nos últimos trinta anos, a começar pelos países mais avançados, desde quando os governos vão progressivamente deixando de propiciar as condições adequadas para atender a crescente demanda de pesquisas e a explosão de matrículas, enquanto que as universidades por seu lado não conseguem atender às numerosas e muitas vezes contraditórias exigências que lhes são apresentadas, não só as relacionadas às tradicionais carências da Sociedade, mas agora mais especialmente aquelas que lhes impõe o Mercado. No centro das tensões e disputas, a avaliação. O Estado se caracteriza ora mais como "Estado interventor", ora mais como "Estado facilitador" e certamente como "Estado avaliador", para usar expressões de Guy Neave.

Idéias como essas estão presentes nos artigos deste número. Eles tratam, de distintas maneiras, de programas de avaliação que se constituem como instrumentos das políticas mais importantes do Ministério de Educação. Sem dúvida, "GED" e ENC (e outros similares) são modelos de avaliação com forte impacto na realidade, de indiscutível centralidade nas reformas da educação superior e que carregam as visões do governo sobre a educação, de modo especial sobre a universidade e sobre o papel que a esta cabe cumprir relativamente às metas econômicas e sociais definidas pelo Estado brasileiro. Os trabalhos aqui apresentados procuram cumprir a exigência da crítica de que a Universidade não pode eximir-se. Como deve ser a respeito de qualquer avaliação, venha ela de onde vier, e ademais de qualquer atividade universitária, a crítica é indispensável. A avaliação da educação bem como toda e qualquer atividade universitária ou que a ela diga respeito formam parte de uma situação pública. Portanto, são

de interesse geral. Por isso, devem necessariamente submeter-se à crítica. Estes ensaios têm o objetivo de contribuir para o aprimoramento das avaliações, nunca de negar simplesmente a avaliação. Oferecem elementos para a reflexão daqueles que eventualmente estejam interessados em conhecer pontos de vista sobre esses modelos avaliativos. Isso muitas vezes não é muito tranquilo pois exige o esforço de entender a perspectiva do outro. Entretanto, ninguém tem a propriedade exclusiva da verdade e esta Revista está longe de ter essa pretensão. Mesmo a chamada comunidade acadêmica ou científica na realidade não vive uma comunhão de idéias e de valores. Pelo contrário, o que mais caracteriza a Universidade e a comunidade que a ela se vincula é a pluralidade de visões e de conhecimentos, a multiplicidade de funções e de interesses, a diversidade de valores e de expectativas sociais, portanto, o dissenso. Entretanto, isso é vivido não como uma dificuldade e sim como uma rica procura de compreensão dos sentidos distintos e de construção das possibilidades de comunicação. Nessa perspectiva proativa é que aqui se publicam os textos. Com a mesma intenção de alimentar o debate público, também apresentamos um estudo sobre o processo de avaliação institucional da UESC-BA. Já cumpridas várias atividades de auto-avaliação, essa universidade se submeteu a uma avaliação externa por pares acadêmicos e quer agora se dar a conhecer publicamente e se oferecer a críticas.

Dois estudiosos da educação superior, Neave e Van Vught, evocam no título de um livro (*Prometheus Bound*) o mito grego de Prometeu e o utilizam para pensar a crise da Universidade européia contemporânea. Segundo a mitologia, esse titã roubou o fogo do Olimpo e cometeu a temeridade de entregá-lo aos homens, ensinando-lhes o uso. Essa ação é incorporada à literatura ocidental como símbolo de uma ardente fé na humanidade, na ação do homem e em sua capacidade de aprender a fazer uso das potencialidades da natureza. Como castigo a tanta ousadia, Prometeu foi acorrentado por Zeus a uma pedra no cume do monte Cáucaso. Todos os dias uma águia lhe dilacerava o fígado, que, contudo, se regenerava todas as noites. Os modelos clássicos da Universidade estão esgotados. As pressões pela construção de uma nova instituição vêm de todas as partes, inclusive de seu próprio interior. Mas, para lá das tradicionais tensões, hoje mais do que nunca o Mercado tem força determinante. Águia voraz e invasiva, projeta a sombra de suas asas sobre Estados e Sociedades e aguça o bico sobre as instituições, especialmente sobre as mais estratégicas, como as de educação superior. Prometeu acorrentado, oxalá a Universidade não perca seu poder de auto-regeneração, mas, também, sem se desfigurar, não se omita ao dever de renovar-se.

José Dias Sobrinho
editor